

CONSUMO, IDENTIDADE, TRABALHO E FAMÍLIA: APONTAMENTOS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE AS MUDANÇAS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Lígia Donoso NELI¹
Marcos Acácio NELI²

RESUMO: Este artigo procura discutir, em um primeiro momento as transformações ocorridas na produção e consumo de mercadorias e as formas de sociabilidade e identidade social e individual advindas destas mudanças. Logo após buscaremos analisar as qualidades e habilidades desenvolvidas pelos indivíduos para a satisfação de suas necessidades e as formas de relacionamento interpessoal suscitadas por estas mudanças. Por fim, buscaremos compreender a questão da família e suas transformações históricas e as formas de relacionamento que esta adquire nesta nova reconfiguração do capital contemporâneo. Acreditamos que as mudanças nas formas de consumo e a construção da identidade podem ser apreendidas seguindo as pistas deixadas pelas mudanças na concepção e organização do trabalho e das relações sociais construídas a partir delas. Logo após, as análises se voltarão para a tentativa de compreensão da individualidade e os caminhos traçados isoladamente, que, em última instância, provocam os rearranjos sociais definidos posteriormente quando trataremos das mudanças na constituição da família. Neste item tentamos reconstruir o contexto histórico das configurações familiares e os rearranjos familiares suscitados pelas mudanças na organização do capitalismo contemporâneo, tendo em vista a compreensão das suas lógicas internas e de suas contradições inerentes.

PALAVRAS-CHAVE: Organização do Trabalho. Consumo. Família. Identidade.

A sociedade dos produtores de mercadorias

As habilidades e o aprendizado humano são desenvolvidos, até os dias de hoje, de acordo com Sennet (2009), pela curiosidade e alimentados pela sede de conhecimento. Este movimento em busca do conhecimento, entretanto, não ocorre de forma racional e se assemelha ao mito da abertura da caixa de Pandora que, uma vez aberta, pode trazer dor e sofrimento aos homens. Isto acontece por não haver reflexão sobre o que pode sair da caixa. Há, para o autor, duas categorias de qualidades humanas que foram utilizadas para analisar o trabalho e que se apresentavam sob o nome de *animal laborens* e *homo faber*.

O primeiro termo equipara o homem a um animal de carga, **o trabalhador braçal, condenado à rotina** (SENNET, 2009) simplesmente absorvido em terminar ou alcançar o

¹ Mestranda em Educação. USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - Pós-Graduação em Educação. Ribeirão Preto – SP – Brasil. 14040-901 - ligia_donoso@yahoo.com.br

² Doutorando em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-Graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - marcos_neli@yahoo.com.br

Consumo, identidade, trabalho e família: apontamentos para uma reflexão sobre as mudanças no capitalismo contemporâneo

objetivo proposto previamente. Já o segundo, é o homem que questiona o que faz preocupado com o porquê das coisas e não apenas em realizar uma atividade até o seu término.

Para Sennet (2009) estas categorias não podem mais ser consideradas para uma análise mais aprofundada. Somos, segundo ele, seres humanos que conciliam estas duas categorias em nosso interior. Temos a capacidade de pensar e, também, de refletir durante a produção das coisas que nos debruçamos com afinco.

A atividade concreta, a produção de bens, serviços e todo tipo de produção artesanal foi, por muito tempo, relegada a uma categoria inferior. Contudo, o *animal laborens*, ao produzir bens concretos pode nos fornecer pistas mais próximas e seguras para uma maior compreensão do *homo faber*.

A dicotomia entre trabalho manual e intelectual, radicalizada pela introdução da maquinaria, não nos permitiu uma compreensão mais apurada da importância e abrangência da atividade manual no desenvolvimento da sociedade humana.

Por um longo período a sociedade humana foi caracterizada como uma sociedade de produtores de mercadorias que prezava no campo econômico, o desenvolvimento dos ofícios e das habilidades manuais. A produção das mercadorias era feita de modo personalizado com a marca de seu construtor e todos os seres humanos eram produtores de algum tipo de bem ou serviço destinado à satisfação das necessidades individuais e coletivas.

Neste sentido, a habilidade manual é para Sennet (2009), um impulso humano, uma propensão e uma busca pela realização de objetos de forma apurada e criteriosa e que acompanha a história da humanidade desde a sua alvorada. Assim, o artífice, seria aquele que conseguiria explorar de modo objetivo a relação entre a habilidade manual e intelectual para a solução de problemas. Este sujeito histórico tem como uma de suas qualidades fundamentais o engajamento³, o impulso de criar e fazer um objeto qualquer de modo bem feito. Este impulso não é totalmente físico ou animalesco, pois as pessoas, para Sennet (2009), são capazes de sentir e pensar de modo profundo quando fazem uma atividade de modo compenetrado.

Na sociedade de produtores, de acordo com Bauman (2008), a posse dos bens não se configurava em seu consumo imediato, mas sim na garantia de uma vida confortável e segura através do tempo. Assim, os bens deveriam ser resguardados da depreciação. A sua posse e manutenção poderia assegurar o conforto e a manutenção da vida pessoal no futuro.

³ Termo compreendido e utilizado pelo autor como sendo uma capacidade de motivar-se de modo exclusivo e intenso para a elaboração de algo. Ver Sennet (2009).

Consumo, identidade, trabalho e família: apontamentos para uma reflexão sobre as mudanças no capitalismo contemporâneo

Apesar de mudanças contundentes na forma de organização do trabalho na sociedade de produtores através dos séculos, como a formação das guildas, o surgimento das primeiras oficinas de mestres e a passagem para a oficina manufatureira que, apontava, no limite, a implantação das fábricas como um processo natural, o modelo social predominante de consumo, nesta fase, foi marcado pela busca da segurança monetária. Claro está, que a busca por segurança não descartava a ânsia por status e ostentação.

Assim, Bauman define as principais características desta sociedade:

A sociedade de produtores, principal modelo societário da fase “sólida” da modernidade, foi basicamente orientada para a segurança. Nessa busca, apostou no desejo humano de um ambiente confiável, ordenado, regular, transparente e, como prova disso, duradouro, resistente ao tempo e seguro. Esse desejo era de fato uma matéria-prima bastante conveniente para que fossem construídos os tipos de estratégias de vida e padrões comportamentais indispensáveis para atender à era do “tamanho é poder” e do “grande é lindo”: uma era de fábricas e exércitos de massa, de regras obrigatórias e conformidade às mesmas, assim como de estratégias burocráticas e panópticas de dominação que, em seu esforço para evocar a disciplina e subordinação, basearam-se na padronização e rotinização do comportamento individual. (BAUMAN, 2008, p.42).

Com o desenvolvimento da Revolução Industrial há uma transição paulatina que culmina com a transformação da sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores. Essa transformação atinge seu desenvolvimento pleno a partir do final do século XX, com a revolução microeletrônica e das comunicações de massa.

O papel central das relações humanas, nesta fase, não decorre mais da produção de mercadorias e do desenvolvimento das habilidades laborais, mas sim da aquisição de mercadorias em quantidade cada vez maior em um intervalo de tempo cada vez menor. Assim, se a aquisição de bens na primeira fase é marcada, de acordo com Bauman (2008), pela busca de bens que pudessem conservar seu valor e, se possível, valorizar através da passagem do tempo (como jóias, obras de arte ou propriedades), atualmente o consumo é referendado pela novidade, pela posse de objetos que catapultem seus possuidores a estrelas momentâneas do consumo, a celebridades justificadas pelo consumo do que é mais moderno e atual.

Para Sennet (2009) havia na sociedade de produtores a busca pelo desenvolvimento de habilidades manuais e intelectuais e, estas foram potencializadas pelas oficinas de mestres, nas quais o contato de artesãos mais experientes com aprendizes trazia um aprimoramento cada vez maior das habilidades manuais.

Consumo, identidade, trabalho e família: apontamentos para uma reflexão sobre as mudanças no capitalismo contemporâneo

A oficina do mestre artesão, de acordo com Sennet (2009), não se extinguiu com a modernidade líquida⁴ (BAUMAN, 2008). Na atual configuração do capitalismo contemporâneo as indústrias modernas se subdividem em pequenas oficinas interligadas nas quais cada grupo de operários (artífices?) procuram encontrar soluções e alcançar metas de produção sempre em constantes mudanças. Entretanto, o grau de engajamento e de dedicação destes operários modernos não alcança, de modo algum, o grau adotado pelos artesãos das oficinas de ofícios da fase anterior à Revolução Industrial.

Esta falta de engajamento pode ser compreendido pelas próprias qualidades pessoais requeridas pela indústria moderna de seus trabalhadores. O tempo de dedicação a um ofício, o treinamento oferecido ao trabalhador, a forma de controle e organização da produção e a rapidez com que os objetos fabricados se modificam em sua aparência, não permitem o desenvolvimento destes predicados. Estas questões serão trabalhadas mais adiante.

Todavia, segundo Sennet (2009), há exemplos ainda vivos de que isto ainda exista. O sistema Linux e a Wikipédia são exemplos de um trabalho conjunto e árduo com vistas a fabricar e a melhorar de modo constante estes serviços. Claro que os resultados encontrados nem sempre são os mais satisfatórios (no caso da Wikipédia há muitos termos errados e chulos), mas a dedicação e o grau de engajamento das pessoas reunidas para a melhoria destes serviços são bastante similares. Não é o lucro, o valor ou o pagamento monetário que está em jogo nestes dois casos. São, na realidade, a perseverança e a vontade clara de melhorar e desenvolver cada vez mais estes sistemas, de modo que o desafio em fazer algo bem feito, com cuidado e atenção são a força motriz da participação das pessoas na melhoria destes.

A sociedade de consumidores

O consumo de mercadorias sempre ocorreu na história humana, entretanto, a forma como as relações sociais e a construção da personalidade individual e coletiva derivam destas é a grande novidade trazida pela sociedade de consumidores. Já no século XV havia uma preocupação com o crescimento das mercadorias ofertadas. Para Sennet (2009), o aumento

⁴ O termo modernidade líquida se aplica na contraposição ao período da história moderna, no qual as instituições sociais e as relações sociais possuíam um caráter duradouro e que poderia fornecer segurança para os indivíduos. A modernidade líquida, assim, seria a era contemporânea, marcada pelas constantes mudanças e transformações nas relações econômicas e sociais, onde a fruição dos sentidos, a busca pelo prazer imediato e fugaz é feito de modo incessante.

Consumo, identidade, trabalho e família: apontamentos para uma reflexão sobre as mudanças no capitalismo contemporâneo

dos bens de consumo no Renascimento era tido como perigoso, pois poderia levar os indivíduos à sedução material.

A Revolução mais marcante nas oficinas ocorreu com introdução da máquina a vapor, pois a oficina passou a ser percebida, a partir de então, como um elo que desencadearia na criação da fábrica moderna. O advento das máquinas trouxe não somente um aumento da quantidade de produtos construídos em um tempo menor e num menor esforço físico dos trabalhadores, ela trouxe de forma radical a percepção da imperfeição do trabalho manual. A homogeneidade na construção das mercadorias obtida com a introdução das máquinas era impossível de ser copiada pelo mais habilidoso dos artífices. Pequenos detalhes de acabamento e tonalidades de coloração eram atributos das próprias mercadorias construídas pelos artífices e, consideradas como características próprias e distintivas do artesão envolvido com o seu ofício. Estas “imperfeições” passaram a ser notadas e associadas à uma atividade em decadência, sem contar nos custos de produção e competitividade frente à produção fabril.

A sociedade pautada na construção de mercadorias - a sociedade formada por construtores – começa então a ceder lugar para uma nova forma de sociabilidade e definição de valores, a sociedade de consumo, formada, então, por consumidores cada vez mais ávidos por novidades.

Bauman (2008) afirma que para que se inaugurasse essa nova sociedade, pautada no consumismo, foi necessário que a força do consumo, assim como o trabalho o foi, se transformasse numa força externa que pudesse colocar os indivíduos em marcha e que estabelecesse parâmetros de escolha e consumo individualizado. O consumo, continua o autor, é uma característica dos indivíduos, o consumismo é um atributo da sociedade.

O consumismo visa, em essência, a não satisfação das necessidades. Torna o alcance da felicidade como algo possível de se visualizar no horizonte. Contudo, uma vez que nos aproximamos desta através da aquisição do bem desejado, esta é modificada e reofertada em forma de outros produtos e serviços. A satisfação do desejo é fugaz e altamente volátil, se transforma e readquire mais força a partir da aquisição do último bem. Há uma mudança na percepção do tempo, este agora, não é mais linear e cíclico, mas sim pontilhado (BAUMAN, 2008).

Cada ponto do tempo se transforma em oportunidades a serem agarradas, não há volta no tempo perdido ou não aproveitado. Deve-se abandonar aquilo que não deu certo. O esforço para conseguir ou conquistar algo mais trabalhoso e que requeira mais tempo e dedicação só vale a pena se resultar em êxito. Caso este não ocorra, deve-se abandonar e tentar outra coisa.

Consumo, identidade, trabalho e família: apontamentos para uma reflexão sobre as mudanças no capitalismo contemporâneo

Esta característica é totalmente oposta da sociedade de produtores, onde o fracasso era percebido como uma tentativa de se aproximar do sucesso. O sucesso no ofício e a formação do artesão levavam anos de dedicação e perseverança.

A era industrial ao trazer uma enxurrada de objetos e utensílios, deflagrou, a exemplo da Era Vitoriana a aflição de que todos estes objetos produzidos a exaustão e de forma idêntica uns aos outros, esmigalhasse os sentidos humanos. Há pela primeira vez a observação da reflexão entre quantidade e qualidade.

Na verdade, como salientou Sennet (2008), há um consumo de potência em que os indivíduos consomem produtos com qualidades que talvez nunca cheguem a usar totalmente. Assim, um automóvel gigante com tração nas quatro rodas e capaz de levar seus condutores a atravessar o deserto do Saara é utilizado somente em pistas pavimentadas e congestionadas das grandes cidades. O consumo, mais uma vez, se dá pela potência de utilização e não pela racionalidade do uso que se irá fazer. Assim, ocorre também com os programas e de computador e a expansão da capacidade de armazenamento das memórias dos computadores, onde apenas uma ínfima parte da capacidade total é usada.

O consumismo exacerbado no nosso período histórico é resultado também do excesso de informações, as quais coinfundem e entorpecem os indivíduos. O estímulo ao desejo, a necessidade de se obter o novo, o mais moderno é alçado ao plano do ideal de vida através dos comerciais e da venda de estilos de vida cada vez mais passíveis de personalização, ainda que, em essência o produto seja o mesmo com pequenas e ligeiras modificações em sua aparência.

Afirma Bauman (2008, p.54-55):

Quão difícil é, se não impossível, absorver e assimilar esse volume de informação “disponível” hoje em dia (circunstância que torna a maior parte dela endemicamente desperdiçada, e de fato natimorta) [...]. Há informação demais por aí [...]. Uma habilidade fundamental na sociedade de informação consiste em se proteger dos 99,99% de informações oferecidas que são indesejadas.

As informações são, portanto uma importante aliada do consumismo, pois ela se infiltra e se dirige aos consumidores à todo instante. Com a internet e o acesso rápido à informações, é possível tomar o tempo das pessoas em prol de estratégias de marketing em todos os instantes. Como afirma Bauman, no intervalo entre a compra de um produto e outro, há o preenchimento deste tempo com informações das mais diversas espécies com o objetivo claro de não deixar arrefecer os desejos de consumo.

Consumo, identidade, trabalho e família: apontamentos para uma reflexão sobre as mudanças no capitalismo contemporâneo

As mudanças na esfera do consumo tem uma ligação direta com as mudanças na organização do trabalho advindas da reestruturação produtiva iniciada na década de 1970 e em curso na maior parte dos países a partir da década de 1990. A possibilidade da produção de mercadorias cada vez mais diversificadas que possibilitem aos consumidores expressar sua personalidade num mundo cada vez mais homogêneo surtiu um efeito imediato nos indivíduos. A mudança da rigidez do padrão de produção taylorista-fordista para os modelos de produção derivados da reestruturação produtiva permitiu aos consumidores uma grande capacidade de escolha entre modelos, cores, texturas e formatos de toda a sorte de objetos.

A reestruturação produtiva alavancou, de modo ainda mais decisivo, a separação, no interior das indústrias, dos processos de trabalho e da superespecialização das funções. As funções exercidas pelos operários requerem, de modo geral, um curto treinamento de um ou dois dias para o aprendizado das funções a serem exercidas. Não raro esse treinamento ocorre já na função a ser exercida, aprendendo trabalhando e produzindo as mercadorias. Ao mesmo tempo em que houve uma superespecialização das funções houve, concomitantemente, uma simplificação ainda maior das funções no interior das fábricas e um aumento da competição entre setores e entre funcionários de uma mesma empresa.

A habilidade e a disposição para o aprendizado e o desenvolvimento da arte do ofício que, nas oficinas de artesãos começava por volta dos 7 anos de idade e se estendia até a idade adulta para a formação no ofício, foi substituída pela capacidade de flexibilidade dos funcionários, pela capacidade de atuar em diversas frentes e em distintas posições na área de trabalho.

O reconhecimento do trabalho bem executado no mundo corporativo contemporâneo ocorre de forma a gratificar moralmente (o elogio ao bom trabalho em forma de prêmios não financeiros, como uma distinção ao mérito ou, então, a fotografia do funcionário do mês afixada no saguão de entrada de lanchonetes como o Mc Donald's). Há a possibilidade, também, da gratificação financeira para a equipe vencedora em forma de prêmios salariais. Entretanto, esta forma de reconhecimento faz com que ocorra um incentivo cada vez maior à concorrência entre setores e entre indivíduos no interior das unidades fabris. Resulta desta maior competitividade um "entesouramento" (SENNET, 2009) das informações, uma menor reciprocidade entre os colegas de trabalho e, ainda, uma menor disposição em encontrar soluções coletivas.

Quando no pós Segunda Guerra Mundial, a economia japonesa se viu no desafio de superar um mercado interno estagnado e, ainda, lutar contra as sanções econômicas impostas pelos aliados, a solução encontrada foi a de incentivar o trabalho em equipe e instalar um

Consumo, identidade, trabalho e família: apontamentos para uma reflexão sobre as mudanças no capitalismo contemporâneo

comando e uma organização fabril horizontalizada. Neste formato, os funcionários tinham a possibilidade de contestar seus superiores e apontar caminhos e alternativas para a solução de problemas e desenvolvimento de produtos. A hierarquia entre o comando da fábrica e os operários era desburocratizada, o acesso a informações e a troca de experiências era feito de forma simples e direto.

Neste modelo, para Sennet (2009) há um sentimento entre os funcionários de forte “engajamento” para com o trabalho e para a melhoria cada vez maior da qualidade dos produtos construídos. Há um orgulho do trabalho bem feito.

A importação das características de organização laboral japonesa pelo ocidente não levou em consideração estes detalhes importantes para a formação dos grupos de trabalho. Nestas empresas ocorreu um “engajamento” forçado que não funciona de modo satisfatório e não traz o sentimento de orgulho na realização do trabalho bem feito. O arremedo de oficina de artífices promovido pela disseminação dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ's) na organização do trabalho moderna não alcança plenamente o objetivo esperado. Dentre os motivos para que isso ocorra está a instalação desses grupos em empresas hierarquizadas rigidamente, que promovem a competição entre os funcionários como estratégia de produtividade.

Em princípio, muitas empresas da nova economia adotam as doutrinas do trabalho em equipe e da cooperação [...] esses princípios frequentemente são uma farsa. Constatamos que as pessoas davam demonstrações de comportamento amistoso e cooperativo sob o olhar controlador dos executores da vontade do patrão, em vez de – como acontece nas boas empresas japonesas - desafiar e contestar os superiores. Verificamos, como já fizeram outros pesquisadores, que elas raramente consideravam como amigos os colegas de trabalho em equipe. Alguns dos entrevistados se sentiam estimulados por essa competição individualizada, mas a maioria ficava deprimida – e por um motivo específico. A estrutura de recompensas não funcionava bem para elas. (SENNET, 2009, p.45).

Consumo e construção de identidade

Para De Certeau (1998), os consumidores não podem e não devem ser vistos como passivos, pois estes transformam em algo o que consomem. Assim, também Lipovetsky (2007) percebe a sociedade do hiperconsumo. Para ele o padrão de consumo na atual fase da sociedade se define como práticas que procuram não apenas a distinção social, mas também a

Consumo, identidade, trabalho e família: apontamentos para uma reflexão sobre as mudanças no capitalismo contemporâneo

busca por prazeres e experiências. O consumo como a busca da própria identidade pessoal e não apenas como meio de integração a uma classe social.

As estratégias utilizadas pelas campanhas de informação e marketing visam essa experimentação, a construção da própria identidade através do consumo, a diferenciação das pessoas dentro das classes sociais as quais elas pertencem, a capacidade de aproveitar e ter “qualidade de vida”, por mais difícil e distante que seja a compreensão destes termos.

Nesse sentido, o atual modelo de consumo é muito mais dinâmico e flexível, onde a busca pela felicidade está na aquisição de bens que me permitem ter não apenas prestígio e diferenciação social, mas acima de tudo prazer, bem estar e conforto. É um consumo super individualizado que busca (LIPOVETSKY, 2007) a satisfação para si e não mais o consumo para mostrar o outro. Para o autor é um consumo emocional que busca satisfazer todos os sentidos humanos através de experiências táteis, auditivas, sonoras, visuais e olfativas através de produtos e construções de individualidades a partir da posse ou experimentação destes.

Não podemos, contudo, encarar este tipo de consumo como sendo mais racional, uma vez que os graus de desejo de experimentar coisas e sensações aumentam toda vez que se satisfaz momentaneamente.

Para Bauman (2008) a promessa de felicidade com o consumo é na verdade falsa. Há, a necessidade da manutenção da frustração como um motor para o consumismo. Assim, as promessas cada vez maiores de felicidade ao consumir através de campanhas de marketing e de informações que chegam e que são buscadas por nós, fazem com que essa frustração se neutralize e que os ânimos desta busca continuem firmes.

Em contraposição a isso Bauman (2008) revela que a capacidade do consumo em aumentar a felicidade é limitada e, uma vez satisfeitas as necessidades mais básicas e naturais dos indivíduos, não há um aumento progressivo da felicidade com o aumento do poder de aquisição de novos bens e serviços. Dessa forma, a felicidade somente perdura quando a satisfação do desejo não é alcançada. Daí a necessidade constante de se alimentar o desejo.

A sociedade do consumo, seguindo o raciocínio do autor, prospera quando consegue tornar perpétua a insatisfação de seus membros. Por isso deprecia e desvaloriza os bens conquistados logo após a sua aquisição. O consumo nesta sociedade não é uma alternativa, mas sim uma obrigação. A aceitação e a observação de seus preceitos é a única forma de inclusão e de vida social.

O capitalismo de consumo, neste sentido não se formou apenas pela maior oferta de bens personalizados e capazes de ofertar experiências sensoriais distintas e prazerosas. Ele foi criado e difundido culturalmente, ele é uma **criação da cultura** (LIPOVETSKY, 2007).

Consumo, identidade, trabalho e família: apontamentos para uma reflexão sobre as mudanças no capitalismo contemporâneo

Assim, o consumo ocorre não apenas na aquisição do bem desejado, mas também através do olhar.

Da contemplação de vitrines nasce o desejo e as necessidades a serem buscadas e satisfeitas de modo incessante. Mais uma vez aqui aparece o consumo como sensorial, como abstrato e não concreto; entretanto capaz de ser interiorizado e com muito mais força. Adquire-se assim valores e desejos a serem satisfeitos de modo ininterrupto.

Há o crescimento da individualidade do encastelamento e da busca pela identidade, por aquilo que me representa e que mostra, pelo menos em parte, quem eu sou.

A lógica individualista e as transformações no espaço privado das famílias

Embora, aparentemente natural, a família e suas formas de organização não podem ser compreendidas como naturais ou universais, uma vez que são elaborações históricas e culturais. As pressões pela sobrevivência e reprodução da espécie propiciaram a “invenção” de formas de organização familiar configuradas a partir das relações dos humanos com a natureza e entre si, combinando em diferentes sociedades princípios diversificados de estabelecimento de uniões, parentesco, residência e formas de organização da vida doméstica (DURHAM, 1983).

A divisão sexual do trabalho, em diferentes sociedades, não ocorre de maneira natural, mas através de construções sociais pautadas a partir do processo reprodutivo, em que há uma tendência quase universal de engajamento do homem em atividades relacionadas à política e a guerra, sendo a participação feminina neste âmbito secundária e predominante na esfera doméstica, dedicando-se ao cuidado das crianças e sua socialização inicial; esfera em que a atuação masculina ocorre de maneira complementar (DURHAM, 1983).

A partir da divisão sexual do trabalho se estabelece entre homem e mulher um grau de interdependência que ultrapassa a satisfação sexual e que torna possível a manutenção do bem-estar e da sobrevivência econômica de ambos. Portanto, de maneira geral, famílias são constituídas enquanto grupos de pessoas que mantêm relações entre si, ligados por aliança, casamento, descendência e consanguinidade, configurando núcleos de reprodução social (DURHAM, 1983).

Segundo o modelo tradicional de divisão sexual do trabalho, conceituada por Thorne (1992), enquanto modelo de família monolítica, consiste num modelo de família nuclear na qual o marido é o provedor econômico, o chefe de família, reconhecido através de sua

Consumo, identidade, trabalho e família: apontamentos para uma reflexão sobre as mudanças no capitalismo contemporâneo

identidade profissional e a mulher, esposa e mãe em tempo integral, identificada com a esfera doméstica e responsável pela unidade do lar. Este modelo de família perdurou, para Singly (2000), até a década de 1960, em que permeava na família a construção da lógica de grupo centrada no amor e na dedicação dos adultos a serviço das crianças, em que o homem deveria trabalhar e se consagrar o quanto fosse possível no âmbito profissional e a mulher deveria cuidar para assegurar a felicidade e o bem-estar do marido e dos filhos.

Com a consolidação do modo de produção capitalista, a partir da Revolução Industrial, em que o trabalhador vende sua força de trabalho ao detentor dos meios de produção, que extrairá sua mais-valia independente do sexo do trabalhador é permitida e promovida a inclusão da mão de obra feminina no mercado de trabalho. Modifica-se, então, a percepção de igualdade e a divisão sexual do trabalho, em que a mulher se isolava no espaço privado das famílias, enquanto o homem a partir de sua atuação profissional configurava-se como o único elo da família em relação ao espaço público, contestadas pelo Movimento Feminista. Assim, tem-se um novo modelo de família em que as mulheres reivindicam o seu sucesso pessoal e profissional, aceitando laços de dependência afetiva, mas não social e econômica em relação aos homens, de forma que o amor conjugal e maternal não mais justificam o seu retraimento da cena pública e social (SINGLY, 2000).

Para Thorne (1992) o feminismo trouxe à tona uma mudança na visão dicotômica entre público e privado, no que se refere à família e a sociedade, questionando os modelos de abuso de poder e os limites da família enquanto instituição não isolada, mas atrelada a outras instituições relacionadas ao trabalho, ao Estado, às políticas de bem-estar, aos sistemas legais, escolas, creches, assumindo uma ambivalência entre público e privado.

Se a divisão sexual do trabalho tradicional se ligava intensamente à reprodução, a invenção e disseminação da pílula anticoncepcional liberou a mulher para exercer a sexualidade, não mais articulada à reprodução, propiciando a procriação como escolha e favorecendo a inserção feminina no mercado de trabalho e proporcionando alterações na dinâmica da divisão sexual do trabalho dentro e fora da família. Ademais o cuidado dos filhos pode ser delegado pela mãe a outras figuras substitutas, uma vez que há instituições que prestam o cuidado a crianças pequenas, custeadas pelo Estado ou pelas próprias famílias, desde a mais tenra idade, visto a disponibilidade das fórmulas infantis que possibilitam o desmame da prole em qualquer momento.

No entanto, retomando a tendência à reformulação da divisão sexual do trabalho e a igualdade do emprego a partir das conquistas feministas, Durham (1983) assinala que tais mudanças carregam uma intensa contradição, uma vez que se expressa uma nova

desigualdade marcada pela dupla jornada das mulheres e a contestação da divisão sexual do trabalho na esfera doméstica. A partir desta afirmativa, pode-se analisar segundo Thorne (1992) que o sentido de casa se desloca do refúgio idealizado às pressões do mercado a uma realidade também de muito trabalho, sobretudo quando se trabalha fora o dia todo.

A autora assinala, inclusive, que se perpetua o exercício do poder e autoridade masculina nas famílias, através da distribuição desigual de atividades no lar, de modelos de comunicação e processos de tomada de decisão hierarquizados e recorrência de abuso físico e sexual, em que mulheres e crianças são vítimas de violência doméstica (THORNE, 1992).

Se por um lado, ainda há o exercício da paternidade pautado num modelo patriarcal de dominação masculina, coexiste a acusação da desagregação familiar atribuída à fraqueza e impotência atribuída aos homens. Singly (2007), pontua o enfraquecimento progressivo do poder do pai do ponto de vista subjetivo como decorrência do plano jurídico de controle e regulamentação do Estado sobre o exercício da paternidade; de forma que a manifestação de um menor autoritarismo não significa a aniquilação do pai. Romanelli (2003) assinala que as mudanças nas relações familiares vem tornando o vínculo conjugal menos hierarquizado, o que reflete em relações mais igualitárias entre o pai e os filhos, favorecendo a proximidade e a expressão do afeto, embora os pais convivam ambigualmente com as orientações normativas provenientes das famílias monolíticas.

Analisando a autoridade masculina nas camadas populares, em um bairro da periferia de São Paulo, Sarti (1994) aponta que embora os valores tradicionais da sociedade patriarcal percam o sentido na sociedade urbanizada e industrializada, eles tendem a prevalecer enquanto força simbólica nos meios pobres urbanos, reafirmando a posição do homem enquanto mediador da família e o mundo externo em sua autoridade masculina, fragilizando socialmente as famílias que não contam com um homem provedor, o chefe da família.

Singly (2007) mostra que a partir da década de 1960, houve uma mudança na família em que a lógica individualista ultrapassa o familialismo, refletido numa maior intervenção do Estado sobre a família, diminuindo a dependência da família em relação aos parentes e vizinhos, da mulher em relação ao marido e da criança em relação aos pais; aumentando a dependência de certos grupos dominados em relação ao Estado. Tais intervenções foram assimiladas no plano jurídico por meio de leis sobre contracepção, divórcio, pensão alimentícia e autoridade parental, no plano econômico através da previdência social e abonos para pai ou mãe sozinhos e no nível institucional por meio da escolarização precoce e instituições que oferecem cuidados às crianças pequenas, liberando a mulher para o mercado de trabalho.

Consumo, identidade, trabalho e família: apontamentos para uma reflexão sobre as mudanças no capitalismo contemporâneo

É importante considerar, no entanto, segundo Machado (2001) que o valor do individualismo na família brasileira é plural e regido de acordo com as características dos estratos sociais. Bourdieu (1996) analisa a família, sobretudo das elites, com grande acúmulo de capital, enquanto local privilegiado de transmissão e acumulação de um patrimônio simbólico, passível de conversão em patrimônio político, econômico e vice-versa, transmitindo aos herdeiros suas estratégias de reprodução na sociedade. Machado (2001) analisa como valor atribuído à família de elite enquanto “corporado” da parentela, por meio do qual se estabelece a reprodução social e o exercício de privilégios. Assim, é nas classes médias, segundo Machado (2001), que os valores mais individualistas se impõem, de forma que as relações familiares e de parentesco continuam como referências, desde que atreladas à vontade e o interesse individual.

Deve-se ressaltar, ainda, que nos meios pobres urbanos, a ineficiência do Estado em assegurar as condições de vida faz com que as famílias se constituam não como um núcleo, mas como rede de parentesco, tecida através das obrigações morais, em que seja possível dar, receber e retribuir, possibilitando um apoio e pilar de sustentação mútua, o que dificulta o processo de individualização (SARTI, 1994).

Enfatizando a atuação do Estado, Singly (2007) a analisa enquanto entidade coletiva e impessoal envolvida no cuidado coletivo das crianças para a individualização e independência dos adultos. Para o autor, é característico das sociedades individualistas a imposição do surgimento do indivíduo autônomo, de forma que a família mudou para produzir estes indivíduos, transformando-se enquanto espaço privado a serviço destes, refletindo na educação familiar a partir da transmissão dos valores de depreciação da obediência, valorizando a iniciativa, autonomia e a satisfação individual.

A imposição do indivíduo autônomo propicia às famílias, para Machado (2001), a vivência de conflitos e tensões entre a lógica de grupo e a lógica do indivíduo, entre a divisão hierárquica de gêneros e igualdade nos vínculos conjugais e a tensão entre a ideia de educação moral da criança ou a educação da negociação para a autonomia, enfim, entre o “eu antigo” e o nascimento do “indivíduo individualizado”.

Seguindo esta ideologia individualista, homens e mulheres contemporâneos buscam poder exercer livremente sua individualidade, no que se refere à busca pelo sucesso e satisfação profissional e a realização na vida amorosa. Para Durham (1983), constata-se uma sobrecarga de exigências sobre a relação conjugal, que culmina com o aumento dos índices de divórcio, pois os cônjuges esperam apoio emocional e prazer sexual recíprocos, que devem ser conciliados com a competição individual de cada cônjuge no mercado de trabalho,

refletido na disputa de cada um, na expectativa de que o outro assuma uma carga doméstica maior.

Assim, surge para Durham (1983) uma maior aceitação social do divórcio, desde que se mantenham os direitos e deveres de pais apesar do rompimento da união, o que Singly (2007) classifica enquanto a união de homem e mulher enquanto pais após o divórcio, proposta pelo Estado através de um ideal de cooperação entre cada indivíduo, tendo em vista assegurar os direitos da criança. Para o autor surge a norma do divórcio sem conflito, em que um mediador proporcionaria ao casal desfeito com dificuldades em estabelecer as regras para reorganização da família pós-divórcio, de forma a preservar os filhos dos conflitos familiares, seguindo a ótica da família relacional e individualista.

Em meio a tantas transformações no entorno e no cenário familiar, permeados pela lógica individualista, a partir da inserção da mulher no mercado de trabalho, com a redução do número de filhos ou opção por não tê-los, reduzem-se os graus de dependência social e econômica em relação ao marido, aumentando a independência financeira e diminuindo a sujeição ao cônjuge, somadas à ampliação das expectativas em relação à satisfação conjugal. Desta forma, tem-se o aumento de novos modelos de uniões entre os sexos, a redução das taxas de natalidade, o crescimento das uniões consensuais, o aumento dos divórcios, refletindo, ainda, nos maiores índices de famílias monoparentais e reconstituídas.

Esta diversidade de arranjos familiares combina-se ao enfraquecimento na hierarquia das relações entre marido e mulher, pai e filhos e à liberdade de escolha nas relações afetivas, que contraditoriamente, coexiste com a ainda pronunciada desigualdade entre os gêneros na divisão dos encargos familiares. Assim, nota-se uma ruptura com a tradição proporcionada pela modernidade, afetando o espaço público e privado, embora as mudanças não sejam contínuas e lineares.

Considerações finais

A constituição das identidades, bem como das famílias é, via de regra, influenciada pelas novas formas de organização do trabalho e resultam em novas formas de constituição das identidades sociais, individuais e familiares. A derrocada do poder patriarcal ou, a sua

Consumo, identidade, trabalho e família: apontamentos para uma reflexão sobre as mudanças no capitalismo contemporâneo

diminuição no seio das famílias modernas representa não somente a elevação da igualdade entre os gêneros, mas, acima de tudo, na exploração da mão de obra de forma igualitária⁵.

O consumismo exacerbado e a valorização da identidade pessoal à um patamar superior ao da própria noção da identidade social faz com que as pessoas se reconheçam cada vez menos enquanto portadoras de uma identidade coletiva. A imagem instantânea postada na rede social acompanhada de informações sobre onde, com quem e o que fazia naquele momento não deixa margem para a reflexão de que a identidade criada e compartilhada é, na realidade, uma cópia fiel à todas as outras ali postadas.

A família em suas novas e variadas reconfigurações concilia sua atuação na esfera pública e privada, de forma que aos adultos compete se consagrar profissionalmente, se satisfazer individualmente e assegurar a felicidade e bem-estar da prole, tentando recompensá-la de alguma forma pelo pouco tempo em que passam juntos.

A partir da lógica individualista a família parece, contraditoriamente, fluida e sólida, fluida pois não se pode estimar sua duração e sólida por ser desejada pela maioria das pessoas, inclusive entre casais do mesmo sexo que buscam a legitimação de sua união e, lutam, inclusive, pelo direito de gerar e adotar filhos, que serão seus descendentes.

CONSUMPTION, IDENTITY, LABOR AND FAMILY: NOTES TO A REFLECTION ABOUT THE CHANGES IN CONTEMPORARY CAPITALISM

ABSTRACT: *This paper intends to discuss, at first, the transformations that have occurred in goods production and consumption and the forms of sociability as well as social and individual identity brought up by these changes. Soon after, we will seek to analyze the qualities and abilities developed by the individuals to the satisfaction of their needs and the forms of interpersonal relationship which came by as results of those changes. Then, we will seek to comprehend the family issue and its historical transformations and the forms of relationship that it acquires in this new reconfiguration of contemporary capital. We believe that changes in the ways of consumption and the construction of the identity can be apprehended by following the clues left by the changes in labor conception and organization and by the social relations built up from them. Later on, the analysis will turn to the effort of comprehending the individuality and the paths traced separately, which ultimately provoke the social rearrangements later defined when we treat of the changes in family formation. In this section, we tried to rebuild the historical context of the family's configurations and the family's rearrangements raised by the changes in the organization of contemporary capitalism, paying attention to the comprehension of its internal logic and inherent contradictions.*

⁵ Mesmo que estudos apontem que, em certos setores, o homem ainda tenha salários superiores aos da mulher e que as mulheres ainda sejam minoria em cargos de chefia ou comando, o nível de exploração a que ambos estão expostos é superlativo; seja pela jornada dupla ou tripla a qual a mulher e, em muitos casos o homem tenha que enfrentar ou, então, pela diminuição cada vez maior da estabilidade do emprego e da necessidade de se adaptar às mudanças do mercado de trabalho.

KEYWORDS: *Organization of labor. Consumption. Family. Identity.*

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. Vida para o consumo. In: _____. **A transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p.37-69.

BOURDIEU, P. O espírito de família. In: _____. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996. p.124-135.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DURHAM, E. R. Família e reprodução humana. In: DURHAM, E. R. et al. **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p.15-43.

LIPOVETSKY, G. A felicidade paradoxal. In: _____. **Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.14-45.

MACHADO, L. Z. Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. **Interface: Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, n.8, p.11-26, fev. 2001.

ROMANELLI, G. Paternidade em famílias de camadas médias. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, n.2, p.79-95, 2003.

SARTI, C. A. A família como ordem moral. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.91, p.46-53, nov. 1994.

SENNET, R. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

_____. **A cultura do novo capitalismo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SINGLY, F. A família e o Estado. In: SINGLY, F. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007. p.63-81.

_____. O nascimento do indivíduo individualizado e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, C. et al. **Família e individualização**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p.13-19.

THORNE, B. Feminism and the family: two decades of thought. In: THORNE, B.; YALOM, M. (Org.). **Rethinking the family: some feminist questions**. Boston: Northeastern Univ. Press, 1992. p.30-48.